PECUÁRIA DE LEITE

Nos países em desenvolvimento, a decisão de aumentar a produção de leite e de outros alimentos destinados ao abastecimento da população é eminentemente política. A pequena disponibilidade interna **per capita** *desses produtos enquadra o Brasil neste conceito, já que dispõe dos recursos básicos para aumentá-la.*

A quantidade mínima ideal de leite a ser consumida diariamente foi definida pela **Organização Mundial da Saúde** em 400 g, para a população em geral (146 kg/ano) e o dobro, para crianças e nutrizes. Esta recomendação, no entanto, não se verifica nos países subdesenvolvidos, estando a produção estagnada em cerca de 30 l/ano, no período 1971/73-1981/83 (ver Quadro 02). As razões apontadas são diversas, indo desde a falta de hábito de consumo até a escassez real da oferta interna. Obviamente, em países onde não existem obstáculos de ordem cultural e que dispõem de potencial de produção, as causas da escassez da oferta e o baixo consumo derivam, por vezes, de problemas políticos, além dos meramente econômicos. Este é o caso do **Brasil,** que, por efeito de políticas implementadas nos últimos quinze anos, marginalizou, de um modo geral, a atividade produtiva direcionada a produtos alimentícios para o abastecimento interno. Registre-se, por oportuno, que essa política indutora de menor oferta de alimentos só não acarretou crises de ..ito no abastecimento porque, de certa forma, foi **compensada** pela política de contenção salarial posta em prática (principalmente na década atual), que reduziu, provavelmente na mesma intensidade, a demanda. Por outro lado, o fato de o país já dispor de tecnologia capaz de aumentar a produção de leite e dos alimentos, em geral, reforça a convicção de que a decisão de o fazer é eminentemente política.

QUADRO 02 – POPULAÇÃO E PRODUÇÃO DE LEITE BOVINO NO MUNDO E GRUPOS DE PAÍSES – 1971/73[1] E 1981/83[1]

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO (mil hab)		PRODUÇÃO (mil t)		PRODUÇÃO (kg/hab/ano)	
	1971/73	1981/83	1971/73	1981/83	1971/73	1981/83
Países desenvolvidos (economia de mercado)	738.041	802.909	199.676	234.967	270,55	292,64
Países em desenvolvimento (economia de mercado)	1.829.696	2.300.824	48.371	69.246	26,44	30,10
Países de economia planificada	1.193.121	1.487.708	122.922	135.600	103,03	91,15
Mundo	3.760.798	4.591.438	370.969	439.813	98,64	116,95

FONTE – FAO Production Yearbook.
[1] Média do triênio.

Neste contexto, a evolução da produção de leite está de acordo com a dos demais produtos de abastecimento interno. Há, porém, uma agravante, porque o leite se constituiu (e ainda se constitui) praticamente no único produto tabelado de modo permanente, nos últimos quinze anos. Considerando-se que, nesse período, apenas no qüinqüênio 1974-78, o preço da tabela representou estímulo real à produção, conclui-se que o exemplo brasileiro insere-se na causa básica – **política inadequada de preços** – definida pelo Chefe do **Serviço de Carne e Leite** da **FAO,** para a estagnação ou retrocesso da produção leiteira em países subdesenvolvidos.

Países como os da **Comunidade Econômica Européia**(1), ou a **Nova**

(1) *A* **Política Agrícola Comum (PAC)** *implementada na* **CEE** *há cerca de 30 anos, resultou em aumento da produção agrícola, a ponto de gerar excedentes, como no caso do leite, que chegou a atingir um milhão de t de leite em pó estocado, no fim da década de 70.*

Zelândia, constituem um bom exemplo do sucesso de uma política dirigida à atividade, baseada principalmente em preços estimulantes e garantia de mercado à produção. Em resposta a essa política, a **Nova Zelândia** tornou-se o primeiro produtor mundial em termos *per capita* (média anual de 2.036 kg, no triênio 1978-80, isto é, 24 vezes maior do que a do **Brasil**), a ponto de se tornar exportador expressivo de derivados lácteos (cerca de US$ 360 milhões, em 1982).

O **Brasil** dispõe das condições básicas (tamanho de plantel e ecologia) para aumentar, num prazo médio, a produção leiteira. Para isso, a política de preços ao produtor deverá realmente estimular a atividade e ser conjugada à garantia de aquisição dos acréscimos de produção, através da implementação de programas de recuperação do poder de compra dos salários e de aquisições de leite em pó e outros produtos lácteos, pelo governo federal, para distribuição à população de baixa renda.

Uma vez adotadas estas medidas, o incremento da produção adviria em duas etapas. A primeira, mais imediata, proviria do aperfeiçoamento do manejo e da alimentação do rebanho. A segunda, de longo prazo, dependeria de investimentos na estrutura de produção, principalmente na melhoria genética do gado leiteiro.

A contribuição da pecuária leiteira para sustar o ímpeto inflacionário foi substancial na presente década, tendo em vista que os reajustes de preços concedidos pelo governo ficaram sempre abaixo da inflação verificada. Desse modo, acredita-se que a atividade possa ser **desafogada**, de modo gradativo, a fim de poder retomar o seu desenvolvimento, via investimento na estrutura produtiva. No corrente ano, os preços no nível do produtor persistem na trilha de desestímulo à produção, uma vez que a média de janeiro a maio (Cr$ 699,35/l) representou 58,2% do preço médio vigente em 1975 (ver Quadro 03). Ainda assim, a **Pesquisa Mensal de Leite**, do **IBGE**, registra um acréscimo de 0,6% na produção de leite do primeiro trimestre, quando o preço médio foi de Cr$ 679,03/l.

Ratificando a tendência de redução na aplicação de recursos de **EGF** em produtos lácteos, o financiamento governamental no corrente ano, foi de 4.613 t, 15% inferior ao do mesmo período em 1984 (5.313 t), assim distribuídas: leite em pó desnatado, 917 t; queijos, 3.482 t; manteiga, 781 t; e óleo de manteiga, 133 t. Os recursos de **EGF's** aplicados foram de Cr$ 23,4 bilhões, podendo ser ampliados, visto que os financiamentos permanecerão abertos até o final de junho.

No que concerne à estocagem para distribuição na entressafra, a **Secretaria de Abastecimento e Preços** dispunha, até o final de junho, da verba de Cr$ 70 bilhões, suficiente para a aquisição de 7 mil t a 9 mil t de produtos lácteos. Considerando que a época adequada para essa operação vai de dezembro a maio, é provável que os recursos disponíveis não sejam aplicados pela **Seap**, em detrimento do segmento leiteiro-laticinista do país. A grande probabilidade de não-alocação dos recursos até o final de junho baseia-se no fato de que as 7,9 mil t de leite em pó desnatado, adquiridas em 1984, ainda se encontram em poder da **Cobal**, facultando ao governo a sua mobilização na entressafra, condicionada à intensidade dos reflexos do inverno na produção leiteira. Caso seja necessário, poderá ser mobilizada também para os programas sociais, muito embora, no final de junho, estivesse confirmada a liberação de verbas específicas para a compra de produtos lácteos diretamente das indústrias, para atender à população carente.



Diante do clima de desânimo generalizado na área produtiva, a produção prevista para a entressafra (junho a novembro) não é das mais animadoras, podendo repetir o desempenho do ano passado, quando declinou 5,8% em relação ao de 1983. Isto porque os produtores de leite, que, por exigência governamental, investiram na modernização da atividade (instalações higiênicas para ordenha e resfriamento do leite), passaram a ter uma estrutura de custos inserida no mercado. Assim, numa economia altamente inflacionária, o poder de compra de leite, por ter seu preço controlado, não pode acompanhar a cotação dos insumos e equipamentos, que varia em ritmo muito mais intenso.

QUADRO 03 – BRASIL – PREÇOS NOMINAL E REAL[1] DO LEITE TIPO ESPECIAL EM NÍVEL DO PRODUTOR

ANO	PREÇO NOMINAL (Cr$/l)	PREÇO REAL (Cr$/l)
1974	1,11	1.079,49
1975	1,58	1.201,61
1976	1,95	1.050,02
1977	2,87	1.083,32
1978	3,93	1.069,54
1979	5,43	961,69
1980	11,46	1.011,88
1981	24,69	1.038,64
1982	40,38	869,14
1983	98,97	836,91
1984	290,45	744,10
1985[2]	595,00	699,35

FONTE – FGV/IBRE/CEA.
[1] Valores corrigidos pelo IGP para maio de 1985.
[2] Até maio.